

evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, e incidirá sobre os parâmetros a seguir indicados: A = capacidade de expressão oral, fluência verbal, organização e correção do discurso; B = motivação profissional, experiência profissional, projeto de carreira, cursos profissionais e grau de responsabilidade assumido até à atualidade; C = conhecimentos profissionais e sentido crítico, sobre a área de atividade a prover; D = interesses dominantes, disponibilidade, dinamismo, relacionamento interpessoal e sociabilidade.

A entrevista profissional de seleção é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. Este método é realizado e valorado, nos termos do artigo 13.º e dos n.ºs 6 e 7 do artigo 18.º da Portaria.

19 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção equivale à desistência do concurso, e serão excluídos do procedimento, os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção, não lhes sendo aplicado o método de avaliação seguinte.

20 — Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22.01, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06.04.

21 — Composição do júri:

Presidente: Henrique Manuel Costa Fernandes, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos; 1.º vogal efetivo: José Lourenço Calado Motaco, técnico superior (Engenheiro dos Recursos Naturais e Ambiente), que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos; 2.º vogal efetivo: João Paulo Vieira Correia, técnico superior (Gestão de Recursos Humanos), 1.º vogal suplente: Vera Mónica Pires Cipriano, técnica superior (Engenharia Agronómica) e 2.º vogal suplente: Francisco Diogo de Contente Parelho, técnico superior (Engenheiro Civil).

22 — Nos termos da alínea *t*) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22.01, na sua atual redação, as atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultados aos candidatos sempre que solicitadas.

23 — Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22.01, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06.04, para realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

24 — Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local para realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas do n.º 3 do artigo 30.º da referida Portaria.

25 — A lista dos resultados obtidos em cada método de seleção será afixada no Setor de Gestão de Recursos Humanos, sito no Edifício dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal e divulgada na página eletrónica do Município.

26 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada no Setor de Gestão de Recursos Humanos, sito no Edifício dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal e disponibilizada na página eletrónica.

27 — Quota de emprego: Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03.02, para o preenchimento do lugar posto a concurso, um candidato com deficiência devidamente comprovada, com incapacidade igual ou superior a 60 % tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. De acordo com o mesmo Diploma, e para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção.

28 — Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 01.03, em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

29 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22.01, na sua atual redação, o presente aviso será publicitado, na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação, na página eletrónica da Câmara Municipal de Alter do Chão, por extrato e, no prazo máximo de três dias úteis, contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

25 de fevereiro de 2016. — O Presidente da Câmara, *Joviano Martins Vitorino*.

309384542

MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE

Aviso n.º 2919/2016

Arq.ª Célia Margarida Gomes Marques, Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, torna público, que por deliberação da Câmara Municipal de Alvaiázere, tomada na sua reunião ordinária de dezassete de fevereiro de 2016, foram aprovados os projetos:

Regulamento da Biblioteca Municipal de Alvaiázere;
Regulamento do Museu Municipal de Alvaiázere;
Regulamento do Cartão Jovem Municipal;
Regulamento do Cartão Social do Município do Concelho de Alvaiázere;
Regulamento do Cartão da Idade Maior;
Regulamento de Participação de Atividades Económicas no Evento «Alvaiázere Capital do Chicharo».

Assim, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, submetam-se os referidos projetos de Regulamentos anteriormente referidos, pelo prazo de 30 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

Os referidos projetos encontram-se disponíveis para consulta no Serviço de Atendimento da Câmara Municipal e no *site* do Município www.cm-alvaiazere.pt.

As sugestões propostas e/ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação desta aviso no *Diário da República*, devendo ser dirigidas ao Presidente da Câmara de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município, 3250-100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do Município, por fax 236650609 ou por correio eletrónico: geral@cm-alvaiazere.pt, com a identificação do remetente, morada e identificação fiscal.

Para geral conhecimento, se publica o presente aviso e outros de igual teor, vão ser afixados nos lugares públicos do costume, no *Diário da República* e no *site* do Município.

18 de fevereiro de 2016. — A Presidente da Câmara, *Célia Margarida Gomes Marques*, Arq.ª

309368431

MUNICÍPIO DE ANSIÃO

Editais n.º 212/2016

Torna-se público que, a Câmara Municipal em sua reunião ordinária realizada no dia 19 de fevereiro de 2016, deliberou, por unanimidade, e em cumprimento do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, submeter o Projeto de Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho de Ansião a Consulta Pública e a Audiência dos Interessados, pelo período de 30 dias a contar da data da publicação do presente Edital no *Diário da República*, 2.ª série, podendo o mesmo ser consultado no Departamento Administrativo e Financeiro do Município durante o horário normal de funcionamento (09:00h/17:00h) e no portal do Município em www.cm-ansiao.pt.

Assim, convidam-se todos os interessados a dirigir, por escrito, ao Presidente da Câmara Municipal, eventuais sugestões, em sede de Consulta Pública e Audiência dos Interessados, dentro dos períodos atrás referidos, as quais deverão ser remetidas ao Município, Praça do Município, 3240-143 Ansião, ou para o endereço de correio eletrónico da Câmara Municipal de Ansião (geral@cm-ansiao.pt).

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo, bem como no portal do Município em www.cm-ansiao.pt.

24 de fevereiro de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Rui Alexandre Novo e Rocha*.

309390309

Editais n.º 213/2016

Torna-se público que a Câmara Municipal, em sua reunião ordinária realizada no dia 19 de fevereiro de 2016, deliberou, por unanimidade, e em cumprimento do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, submeter o Projeto de Regulamento do Mercado Municipal de Ansião a Consulta Pública e a Audiência dos Interessados, pelo período de 30 dias a contar da data da publicação do presente Edital no *Diário da República*, 2.ª série, podendo o mesmo ser